

CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DE CINEMA

29 de setembro de 2023

A CINEMATECA COM O QUEER LISBOA: YVONNE RAINER

PRIVILEGE (1990)

Realização e argumento: Yvonne Rainer / **Interpretação:** Blaire Baron (Brenda), Gabrielle Made (Digna), Novella Nelson (Yvonne Washington), Yvonne Rainer (Helen Caldicott), Alice Spivak (Jenny), Tyrone Wilson (Stew), Daniel Martin Berkey (Robert), / **Direção de Fotografia:** Mark Daniels / **Montagem:** Christine Le Goff, Yvonne Rainer / **Design de Arte:** Michael Selditch, Anne Stuhler / **Guarda-roupa:** Alexandra Welker / **Maquilhagem:** Patricia Regan / **Som:** Antonio L. Arroyo, Julie Wilde /

Produtor: Yvonne Rainer / **Cópia:** digital (dcp), a cores, legendado eletronicamente em português / **Duração:** 103 minutos / **Estreia mundial:** Festival Internacional de Cinema de Toronto, a 10 de setembro de 1990 / *Primeira exibição na cinemateca*

“The attitude is wrong, you understand?”

Esta é a primeira frase de um filme cujo título revela toda a sua amplitude. PRIVILEGE, uma das mais célebres obras de Yvonne Rainer, pode ser descrito como um filme-ensaio sobre a noção de privilégio no que toca às hierarquias sociais. Como Rainer observa no filme de Jack Walsh, FEELINGS ARE FACTS, aqui o termo “privilégio” está constantemente em mudança, colidindo e intersetando-se com as noções de classe, raça e género (mas também de idade, e deficiência).

O início do filme – deliberadamente confuso, segundo a realizadora – intercala os testemunhos de várias mulheres sobre a sua experiência com o envelhecimento e a menopausa, com vídeos informativos em que médicos (homens cisgénero brancos) discorrem conselhos para as mulheres que estão a passar por essa fase, e uma performance da própria Yvonne Rainer, em que esta finge ser Helen Caldicott. O seu discurso pessimista, em jeito de provocação, funciona como ponto de partida para este filme, incitando as mulheres a fazerem algo para mudar a sua condição: “este é o meu último grande discurso público aqui, para falar com as mulheres, porque acredito que o futuro depende de nós de uma forma muito profunda. E uma das razões pelas quais irei parar é porque tenho de me afastar e pensar como o fazer, porque ainda não fizemos nada”. Desafiando e reelaborando as históricas relações de poder dentro do próprio movimento feminista, Rainer explora os conceitos de centro/margem, visível/invisível, posicionando a mulher branca no canto do ecrã (lugar tipicamente destinado aos intérpretes de língua gestual) e colocando a mulher negra que interpreta o seu discurso em língua gestual americana no centro. Porém, levanta-se aqui a célebre questão avançada por Gayatri Spivak, num ensaio publicado dois anos antes da estreia deste filme, *pode realmente a subalterna tomar a palavra?* A centralidade (no plano) da mulher negra que comunica numa língua marginalizada, não equivale a uma tomada de palavra, mas sim à ampliação

das da mulher branca. Salienta-se, porém, o paralelo traçado entre a patologização da menopausa e a marginalização das pessoas surdas, consideradas diferentes não por não conseguirem ouvir, mas por comunicarem numa língua ostracizada, que a sociedade não procura compreender de modo a incluir. Se não são criados meios para entender a sua linguagem, o subalterno não pode tomar a palavra.

Em PRIVILEGE, Yvonne Rainer dá corpo a uma interpretação extravagante de Helen Caldicott, surge em *voz-off* como entrevistadora que questiona as várias mulheres sobre a sua experiência, e distingue-se no nome da personagem interpretada por Novella Nelson, Yvonne Washington. Uma cineasta negra que responde à provocação de Caldicott propondo a realização de um documentário sobre a menopausa. É a própria Rainer, sob a forma destes dois *alter egos*, a desafiar-se e a reagir. Assim, o “filme metaficcional” (by Yvonne Rainer and many others) estrutura-se em torno do documentário (by Yvonne Washington and many others), através das “estratégias de colagem” tão exploradas nos filmes de Rainer (Shelley Green in *Radical Juxtaposition. The Films of Yvonne Rainer*). PRIVILEGE “guia o espectador através das suas múltiplas visões e perceções, temas amplamente divergentes, e detalhes fragmentados, bem como pela já familiar variedade de elementos narrativos contraditórios e autoconscientes” (*ibidem*). Numa certa analogia à sociedade de informação moderna (em que o computador utilizado por Rainer, nos dias de hoje ainda mais que em 1990, assume um papel central e decisivo), as várias fontes [de informação] – entrevistas, áudios, vídeos, textos – são combinadas sugerindo interrogações, provocações e complementos; assim, todos os elementos se congregam na criação de um discurso (que, mais do que dar respostas, nos obriga a interrogarmo-nos pessoalmente sobre a nossa própria condição) sobre as várias problemáticas que vão emergindo ao longo do filme. Nesta obra, assim como na realidade social, os vários tipos de discriminação e opressão são associados e debatidos de forma, simultaneamente, complexa e acessível, numa tensão entre teoria e encenação da realidade.

Em PRIVILEGE, distinguem-se, essencialmente, duas linhas narrativas. A primeira é a do documentário de Washington sobre a menopausa. Um tema frequentemente negligenciado dentro das lutas feministas, em que se interrelacionam os preconceitos relacionados com a idade e o género (o papel social da mulher e a sua sexualidade). Como refere Jonathan Rosenbaum “a menopausa torna-se uma questão política precisamente no momento em que os ‘especialistas’ masculinos controlam a sua definição”. A Jineologia (ciência das mulheres do Curdistão) ensina-nos que “o domínio de um género sobre um inteiro tecido social é produto tanto do poder e do pensamento estatal como de um importante contributo do cientismo (...) [a ciência], ao mesmo tempo que afirma ter uma abordagem científica, não se desembaraça da espiral produzida pelo dualismo sujeito-objeto”. Rainer pega nesta temática através da já referida problemática da patologização da menopausa – que, no filme, é descrita por um dos médicos como uma doença ou uma deficiência: “o meu pensamento atual é que a síndrome da menopausa é um estado de deficiência”. Os vídeos “informativos” dos vários médicos brancos a proferirem conselhos para as mulheres na menopausa mostram de forma assustadoramente real a maneira como os discursos legais, científicos e médicos definem e, conseqüentemente, oprimem os nossos corpos. O discurso dos médicos revela a maneira como, numa sociedade patriarcal, a mulher é entendida [exclusivamente] no seu papel de esposa e mãe, cujo valor pessoal depende da sua capacidade biológica de procriar

(salienta-se o paralelo entre as palavras de Jenny “pensava que me ias entrevistar acerca da minha brilhante carreira” e a observação do médico “a sua vida criativa acaba só porque chega aos 45, 50,55?”). Rainer toca ainda a temática da sexualidade das mulheres de meia-idade, revelando como a sociedade patriarcal associa a vida sexual feminina à sua reprodução, traçando uma relação direta entre a menopausa e o fim do desejo sexual. Em PRIVILEGE, os excertos das entrevistas com diversas mulheres oferecem um contraponto ao discurso médico. Como observa Shelley Green, “estas exposições pessoais e conversas confessionais aproximam-se do sentido do *cinéma vérité*, (...) as entrevistas conferem um certo elemento Godardiano que encerra o personagem e o espectador numa ligação íntima que parece real”. Como refere Yvonne (enquanto entrevistadora), “o que obtenho daqui pode não ser real, mas tua experiência é real. Há algo de real de que estou à procura.”.

Contrastando com o caráter documental – que, também ele, deixa em aberto até que ponto poderá corresponder à realidade -, desenha-se uma história ficcional contada através de *flashbacks*. O caráter ficcional desta narração é fortalecido pela sua dependência da memória, sensível à passagem do tempo; é a própria narradora a assumir que não se lembra bem do que se passou ou de como era, entrando nessa memória com a mesma idade e a mesma figura do presente (um sinal de que entrará também com o seu entendimento atual). Esta história é contada pela personagem principal, Jenny, uma das pessoas que colabora no documentário, uma mulher branca de meia-idade que vive em Nova Iorque. Jenny relembra o período de 1961 e 1962, quando se mudou para um apartamento no segundo andar de um prédio habitado apenas por brancos, num bairro multicultural da cidade. Apesar de seguir uma linha narrativa, Rainer recusa cingir-se a uma sequência estritamente cronológica: a história é contada com avanços e recuos, algumas sequências são repetidas, a narrativa é interrompida pela conversa entre Washington e Jenny, e combinada em justaposição com excertos de entrevistas a outras mulheres e dos vídeo dos médicos.

A história de Jenny serve como linha orientadora para uma reflexão sobre o conceito de privilégio. Rainer encena relações desiguais de poder/privilégio entre homens e mulheres num contexto heterossexual, tomado como ponto de partida as suas leituras teóricas: Normal Mailer, Piri Thomas, Eldridge Cleaver, Nicholasa Mohr, entre outros. Os conceitos e teorias surgem aqui como resultado de um processo de reflexão e estudo, de uma experiência que procura representá-los e, assim, torná-los inteligíveis.

À problemática inicial, as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, é agora adicionado um novo elemento: a raça. Primeiro, numa discussão sobre a identidade racial entre um homem latino e um homem negro; logo depois no “encontro” entre o mesmo homem latino e uma mulher branca, em que são encenadas (ou, pelo menos, recitadas) as ideias de Freud e Franz Fanon. A influência da dança e da performance na obra cinematográfica de Rainer revela-se nestas sequências que se apresentam quase como ensaios teóricos inscritos não pelo texto, mas pelo confronto entre dois corpos/personagens. O episódio da tentativa de violação serve, assim, um duplo propósito; por um lado, enquadra de maneira psicanalítica a história do colonialismo – o mito do “homem negro violador” criado pelos colonizadores de forma a reforçar o seu poder dominador sobre mulheres brancas (que deveriam ser protegidas) e homens negros

(que deviam ser controlados e ‘disciplinados’) -, uma perspectiva que logo será rebatida por Washington, que enquadra o colonialismo no seu contexto histórico e social: o capitalismo. É a própria Jenny a desconstruir o mito do homem não-branco violento, dizendo que “os violadores podem ser de todas as cores”, e o deliberado uso do segundo pronome pessoal do singular (“tu”) por parte de Brenda, quando esta descreve a Robert a tentativa de violação de que foi vítima, revela como o objetivo de Rainer é mostrar como a violação e a violência generalizada contra as mulheres é um problema sistémico (tal como confirmam as estatísticas divulgadas no ecrã do computador).

Há ainda um elemento que cria distinções e desigualdades entre sujeitos, e ao qual Jenny parece particularmente alheada: a classe. Digna, a mulher porto-riquenha que é levada para uma clínica psiquiátrica depois de um confronto com o seu marido, Carlos, representa essa subalternidade. Mulher, latina, imigrante. A sua presença fantasmagórica numa das cenas finais (no carro com Jenny e o seu namorado), a sua apropriação deste *flashback* de Jenny, revela a cegueira e a alienação desta. Jenny não tem noção do seu privilégio (não vê Digna e o que ela representa; aliás, esta personagem nunca aparece em interação com outras, apenas sozinha fechada numa clínica psiquiátrica ou nesta cena fantasmagórica), o que, numa lógica hegeliana, implica que não tenha consciência da sua própria opressão. Washington chama a atenção de Jenny, recordando como a condição feminina é frequentemente usada como defesa para ilibar as mulheres brancas do seu próprio racismo: “eu gostava de esquecer o racismo tanto quanto tu. A diferença é que tu podes, e eu não”. Tal como Washington, também Digna, é condicionada pela intercessão entre sexismo, racismo e classismo: mais suscetível à doença mental que o resto da população, condenada a não florescer nos Estados Unidos, a ser representada como o *outro* (a caricatura da mulher latina), enquanto se move “a reboque” como um fantasma, não nos deixando esquecer que existe, lá no fundo da hierarquia de privilégios.

Em PRIVILEGE, Rainer coloca as mulheres no centro do filme e do discurso, mas escolhe-as com cautela e atenção: uma mulher negra que comunica em língua gestual, mulheres latinas, negras e brancas que falam da sua experiência da menopausa, uma mulher negra cineasta, uma mulher latina imigrante. PRIVILEGE oferece um contraponto à falta de representatividade característica do feminismo branco burguês, que ignora a necessidade de uma luta interseccional.

Na sua autobiografia, Yvonne Rainer generaliza os seus filmes descrevendo-os como críticas à heterossexualidade. A heterossexualidade como normativa que comporta uma série de pressupostos que permitem manter esta pirâmide social. “A Heterossexualidade que mata, aleija e restringe a vida de gays, lésbicas, negros, mulheres, pobres e idosos.”

No epílogo, Rainer provoca-nos mais uma vez, relembrando que a utopia é tão necessária quanto parece impossível.

“So, what are you waiting for, folks?”

Sara Oliveira Duarte